

Entrevista | “Gênero se tornou um bode expiatório”

Edição do mês

Clara Rodrigues e Sonia Corrêadisse:

26 de março de 2024



Judith Butler (foto: Franca Cortez)

O conceito de gênero tem uma história relativamente recente, da qual fazem parte psiquiatras, antropólogas, filósofas, historiadoras etc. Gênero, ou gender, na sua formulação original, pretende como conceito mostrar a diferença radical entre o sexo masculino ou feminino definido pelo corpo biológico e os modos de tornar-se homem ou mulher na vida social. Numa longa série de contribuições para a formulação de gênero está a filósofa Judith Butler, cuja proposição mais radical é a de que não existe nenhum elemento essencial, nenhuma substância que garanta que um corpo biológico identificado como feminino desde o nascimento se tornará uma mulher. Com esse passo, o conceito de gênero como uma construção social passa a apontar também o corpo como uma construção. A partir desse postulado, apresentado por ela pela primeira vez nos anos 1990 com a publicação de *Problemas de gênero*, abrem-se novos e múltiplos debates acerca da instabilidade do que é “ser” uma mulher e de como gênero não deve ser considerado um atributo do sujeito, equivalente, por exemplo, à razão, à linguagem ou à capacidade moral. Ao afastar-se do fundamento natural do corpo, Butler acabou sendo identificada como principal porta-voz dos direitos das pessoas trans, cuja reivindicação é justamente a separação entre corpo biológico e identidade social. Conforme as conquistas de direitos foram se ampliando, cresceu também a resistência aos direitos das pessoas trans, hoje mais do nunca ameaçados pela expansão de forças transnacionais e de governos de ultradireita em diversas partes do globo. Desafiando essa conjuntura adversa, na qual a teoria

crítica de gênero é persistentemente desqualificada, Butler acaba de publicar *Quem tem medo do gênero?* (Boitempo, 2024), cujo conteúdo inspirou esta entrevista na qual ela reafirma, categórica, que o “fantasma do gênero” só pode ser combatido com um imaginário mais poderoso, capaz de nos fornecer “uma visão de mundo pela qual as pessoas desejem viver em igualdade, liberdade e justiça”.

Desde os anos 2000, assistimos à propagação da categoria acusatória “ideologia de gênero” para desqualificar o conceito, seja no campo acadêmico, seja quando traduzido em ativismos feministas e LGBTQIA+. Como você define o “fantasma do gênero” e como analisa a vinculação entre esse fantasma e a categoria “ideologia de gênero” no contexto pós-fascista em que vivemos?

Agradeço pela pergunta. Fico contente em saber que vocês estão vivenciando um momento pós-fascista no Brasil, e acredito que o fascismo não terá espaço nas próximas eleições. No entanto, é sempre importante lutar contra essa possibilidade, e sei que vocês sabem disso. Quando menciono o “fantasma” do gênero, tento descrever uma ideia do pensamento da direita sobre gênero, que é falsa e alimentada pelo medo. Esse “fantasma” pode ser tanto um temor infundado quanto uma crença distorcida que condensa e mobiliza uma série de medos sociais e econômicos.

O movimento da “ideologia de gênero” culpa o conceito de gênero por uma série de questões, desde a corrupção das crianças até a suposta destruição da família e da nação.

Mesmo rejeitando a ideia de gênero como construção social, a ultradireita se vale do artifício de construir um “fantasma” do gênero que pouco se assemelha à realidade. Quando as pessoas são convencidas de que o “gênero” é responsável por todos os seus problemas ou temores, gênero se torna um bode expiatório. Esse movimento rotula o gênero como “ideologia”, mas é também um movimento ideológico. Ao usar o termo “ideologia”, está se referindo a um falso conjunto de crenças que podem causar danos. Esse termo deriva do marxismo, que eles rejeitam veementemente. Portanto, distorcem o vocabulário de esquerda para adequá-lo aos seus próprios termos.

Na teoria marxista, a ideologia consistia em um conjunto de crenças que serviam para racionalizar o status quo e buscava excluir resistência e contestação. No entanto, o “gênero” como termo, ou os estudos de gênero como campo acadêmico, foi criado para questionar criticamente suposições consideradas como certas sobre sexualidade, família, diferença entre os sexos e divisão sexual do trabalho. Portanto, o gênero não é “ideológico” de maneira alguma, embora seja atribuído ao “gênero” o poder de doutrinar e seduzir. Na verdade, essa acusação parece mais com as atividades da Igreja do que com qualquer coisa que eu conheça como “gênero”.

Uma das formas mais agudas de manifestação do “fantasma do gênero” se manifesta nas posições difundidas por correntes feministas tidas como críticas do gênero, que nomeamos como transexcludentes. Essas posições se ancoram numa categoria mulher pensada como essencial, a-histórica, universal, imutável. E inflam fantasmagorias em torno da masculinidade. Como você analisa essa condensação de imaginários e o rol de violências que ela implica para mulheres e homens trans, pessoas não binárias em geral e, mais especialmente, as infâncias trans? Como fazer frente a essa violência?

Depende, é claro, da região do mundo que considerarmos nessa questão. Nos Estados Unidos, vemos a proliferação de legislação em muitos estados contra a prestação de cuidados de saúde relacionados à afirmação de gênero para crianças e jovens, ao mesmo tempo que livros sobre a vida LGBTQIA+ estão sendo proibidos em bibliotecas e currículos. Shows de drags vêm sendo cancelados, e também se discutem leis que negam às pessoas o direito de identificar seu sexo em formulários legais de acordo com sua identidade de gênero. O ataque aos cuidados médicos para jovens que não se conformam com o gênero está, portanto, relacionado à censura e a outras formas de repressão estatal. É muito preocupante ver feministas trans-excludentes alinhadas com formas emergentes de autoritarismo que buscam fortalecer os poderes repressivos do Estado e enfraquecer serviços sociais, incluindo a assistência médica, bem como as liberdades individuais e coletivas.

No Reino Unido, o movimento feminista antitrans tem difundido ideias assustadoras e falsas sobre quem são as mulheres trans e o que elas buscam. Ele as retrata como homens disfarçados com diversos objetivos nefastos, que visam prejudicar as mulheres “reais”. É compreensível que qualquer mulher fique assustada com a perspectiva de ser atacada e enganada. Porém, quando digo

“qualquer mulher”, inclui as mulheres trans. De fato, elas também enfrentam ataques nas ruas, no ambiente de trabalho e, muitas vezes, na prisão, e sua vulnerabilidade deveria ser uma preocupação de todas as pessoas. Muitas dessas mulheres trans também se identificam como feministas, portanto os esforços para separar as feministas das pessoas trans prejudicam uma valiosa solidariedade, pois todas estamos sujeitas à violência e a invasões que não desejamos. Todas nós buscamos criar um mundo em que possamos viver coletivamente em liberdade e desejo, sem medo de ataques, patologização ou criminalização.

Nos Estados Unidos, que lugar a fantasmagoria do gênero ocupa no cenário do ataque às humanidades, da teoria crítica racial ao pensamento crítico e de políticas de igualdade, diversidade e inclusão? Você concorda que esses ataques têm um efeito deletério adicional de silenciar debates necessários no campo progressista?

Existe um ataque da direita tanto ao conceito de gênero quanto à política de gênero, abrangendo direitos como aborto, saúde reprodutiva, autodeterminação de gênero, casamento e parentalidade para gays e lésbicas, educação sexual e representações de nudez. Simultaneamente, essas mesmas pessoas – incluindo Christopher Rufo [ativista de ultradireita que tem atuado fortemente na defesa da supremacia branca] – direcionam suas críticas ao ensino de estudos raciais e étnicos, alegando que tais áreas de estudo ensinam aos alunos que os Estados Unidos são intrinsecamente racistas, o que estaria minando o orgulho nacional. O resultado dessas iniciativas é uma complexa tentativa de censura e repressão de direitos. A estratégia visa criar uma série alarmante de espectros, hoje agrupados sob o termo “wokismo”.

Ao mesmo tempo, há integrantes do que poderíamos chamar de “esquerda patriarcal”, que constantemente relegam questões de gênero e raça a um plano secundário, replicando tempos antigos, de quando existiam opressões primárias e secundárias. Essa parcela da esquerda fragmenta os movimentos pela democracia radical por não compreender a extraordinária solidariedade gerada pelo transfeminismo, pelo movimento Black Lives Matter, pelos coletivos latinos que resistem à violência e à supressão de direitos na fronteira sul, bem como pelas organizações indígenas. Esses movimentos em prol de liberdade, transformação social e econômica radical, reparação e justiça estão mobilizando

um amplo espectro de pessoas, que inclui tanto trabalhadores quanto aqueles que buscam emprego.

Já passou da hora de superar essa divisão interna na esquerda. Vemos claramente isso nos Estados Unidos e no Reino Unido, mas também notamos um grande movimento em direção a uma esquerda mais ampla e dinâmica na América Latina. Estamos acompanhando e apoiando vocês!

Nos Estados Unidos e no Brasil, o “woke” vai se tornando uma língua franca acionada tanto pela ultradireita quanto por vozes de esquerda. Essa seria uma indicação de que nós, no campo da defesa dos direitos das pessoas dissidentes de gênero, precisamos desenvolver novos repertórios, que não sejam tão facilmente capturados e desfigurados pela ultradireita?

Não tenho certeza, mas minha percepção é de que rotular alguém como “woke” implica supor que essa pessoa julga ou monitora as ações dos outros, que ela corrige os outros por pensamentos considerados errados e que é inflexível em sua posição. Dessa forma, uma parte da esquerda é retratada como uma espécie de consciência superego, enquanto a direita se apresenta como defensora da liberdade. Essa inversão é um desastre político, como sabemos. É crucial defendermos o desejo e a imaginação, a liberdade e as comunidades dinâmicas e abertas, que nossos movimentos estejam sempre em evolução e que tenhamos uma maneira de comunicar isso aos públicos que foram expostos a essas caricaturas inflamatórias.

Podemos fazer isso por meio da arte, da educação, de discurso público, de reuniões e assembleias, dos jornais e da internet. Precisamos ser mais perspicazes em nossas próprias estratégias, não apenas para desafiar as falsidades que circulam, mas também para deixar claro o tipo de mundo em que esperamos viver, convidando outras pessoas a se juntarem a nós.

Essas conflagrações têm levado a dinâmicas de violência, cancelamento e judicialização. Nos Estados Unidos, na Europa e mesmo no Brasil, essa atmosfera tem contaminado o campo das reflexões sobre gênero. Como manter um espaço de discussão para a elaboração de questões teóricas não resolvidas, sem se deixar contaminar por métodos e práticas violentos que estão sendo

naturalizados no contexto pós-fascista? Em outros termos, quem tem direito de falar sobre o gênero das guerras de gênero?

Não tenho certeza de que os estudos de gênero possam simplesmente continuar a fazer análises das relações de gênero em várias esferas da vida, incluindo história e economia. É evidente que devemos manter um espaço para esse tipo de estudo. Mas, ao mesmo tempo, devemos estar prontos para comunicar nosso trabalho a um público mais amplo, a fim de dissipar e desmistificar esses fantasmas que não apenas distorcem nossos estudos, como também alimentam medos desnecessários na população.

Certamente há muitas coisas a temer neste mundo, como guerra, exploração de recursos, desastres climáticos e extrema precariedade econômica, mas de maneira alguma “gênero” ou “raça”, como conceitos ou campos, são responsáveis por essas forças destrutivas. Devemos aprender a expandir as mentes que foram fechadas pelo medo e pela raiva. Um fantasma só pode ser enfrentado por um imaginário mais poderoso, que ofereça uma visão de mundo pela qual as pessoas desejem viver em igualdade, liberdade e justiça.

E como última pergunta: o que podemos e devemos fazer para desarmar o fantasma do gênero e suas múltiplas consequências?

Apenas um exercício de contraimaginação pode dissipar um fantasma. Podemos argumentar contra o fantasma, mas talvez não estejamos abordando o medo subjacente de destruição que o fantasma alimenta. Talvez tenhamos de buscar uma maneira mais eficaz de identificar as verdadeiras forças que destroem o mundo, mostrando o que as pessoas têm motivos para temer, mas também o que podem fazer a respeito. A contraimaginação deve ser acompanhada por um plano de ação que faça eco no modo como as pessoas experimentam suas preocupações e aspirações.

Carla Rodrigues é professora da UFRJ, pesquisadora dos programas de pós-graduação em filosofia na UFRJ e na UFF, bolsista Faperj e CNPq.

Sonia Corrêa é ativista feminista e pesquisadora, trabalhando principalmente em questões de igualdade de gênero, saúde e sexualidade.